

Construção social da Produção Ecológica: Racionalidade da Organização das Entidades de Agricultores Ecológicos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.
Social construction of the Ecological Production: Rationality of the Organization of the Entities of Ecological Agriculturists in the Coast North of the Rio Grande Do Sul.

Rafael Campos Vieira vieirapgdr@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho visa abordar o racionalidade da organização de entidades de agricultores ecológicos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul enfocando na relação de como a organização destas entidades influencia no trabalho dos agricultores e que características assumem esta organização. Percebeu-se que quando se trata da organização das entidades elas assumem algumas características racionais capitalistas, fato observado me função da divisão organizativa em forma de departamento onde cada um tem definida a sua função e calculada as ações. Porém, elas não podem ser consideradas como o único pilar que dão sustentabilidade às instituições uma vez que relações de vizinhança também se estabelecem no interior das instituições, quando relaciona-se ao trabalho junto a entidades de agricultores dentro das entidades.

Palavras-chave: Racionalidade, Organização, Produção Ecológica

Abstract: This work aims to approach the rationality of the ecological agriculturists associations in the North coast of Rio Grande do Sul State, focusing on the relationship of how the organization of those associations influence the agriculturists work and what kind of characteristics these organizations develop. It is noted that when it is about the organization of the associations, it take over some rational capitalist characteristics, fact that was observed according with organization division in departments where each one has an defined function and calculated actions. However, those can not be considered the only base that give sustainability to the institutions since neighborhood relationships are also established in the inside of the organizations, when it's concerned to work with the agriculturists association inside the associations.

Key-words: rationality, organization, ecological production

Introdução:

O movimento agroecológico tem se configurado como uma das mais fortes manifestações sociais na luta pela qualidade da alimentação e melhoria na condição de vida seja dos consumidores e ou dos produtores. Tal movimento que também se manifesta no interior da academia tem sido fonte para diversos estudos que visam discutir desde as técnicas de produção, qualidade dos produtos, entre outros. No caso deste trabalho, objetivou-se pela explanação sobre as características organizativas das instituições que compõem o sistema, formulando-se a seguinte pergunta, Qual o papel da Organização da Racional para a sustentabilidade das instituições de agricultores ecologistas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul?- Para a responder esta pergunta busca-se como objetivos específicos identificar como se apresenta a estrutura da organização do trabalho nestas entidades, quais as funções dos componentes das estruturas (órgãos) dentro destas entidades e como o funcionamento do sistema influencia no funcionamento das instituições.

Para a execução deste trabalho foram escolhidas 4 entidades de agricultores ecológicos no Litoral Norte Gaúcho onde a coleta de dados foi executada através do uso de roteiro de entrevistas cujo o público alvo foi liderança das entidades e agricultores que não são liderança.

As Entidades de Agricultores: Estruturas organizacionais e relações com os Trabalhos dos Agricultores.

No que tange às características das instituições analisadas no Litoral Norte, tem-se como principal característica a divisão do trabalho como fator comum aos mesmos, ou seja às instituições.

A divisão do trabalho no interior do grupo assume duas características básicas, a saber, a primeira concerne ao gerenciamento e execução de tarefas relacionadas ao processo executivo das instituições de agricultores e que se divide basicamente em 3 departamentos fundamentais, conforme segue.

- Coordenação: Possui como principal finalidade dentro da organização das entidades ser o representante dos agricultores, enquanto membros da instituição, junto à outros grupos e ou entidades de assessoria técnica. Também fica a seu cargo a representação dos membros da entidade em eventos como palestras e ou reuniões que a entidade possa ser convidada.
- Secretaria: Contornos administrativos, desempenho das atividades internas das entidades, formação de pauta de reuniões, elaboração de atas das mesmas e recebimento de queixas e dificuldades dos agricultores membros das entidades.
- Tesouraria: Controle sobre o gerenciamento dos recursos das entidades, provenientes da contribuição dos agricultores membros para a manutenção da mesma, para o pagamento de despesas como transporte entre outros.
- Conselho de ética: Controla e julga os atos praticados pelos integrantes das entidades atuando também no âmbito intra instituições.

Como pode-se observar, a estrutura organizacional das entidades de agricultores analisadas todas elas assumem características racionais burocráticas e nos casos observados co existem dois modelos de instituições uma que possui juntamente com as características

acima citadas também o instrumento administrativo Estatuto, o qual todo o seu funcionamento se encontra regido por meio deste que normatiza as atividades dentro da entidade.

Nos demais casos de instituições analisadas tal instrumento burocrático ou encontra-se em processo de elaboração ou em consenso os integrantes resolveram aboli-lo conduzindo as atividades através do estabelecimento de um acordo formal, entretanto, a estrutura organizativa continua se fazendo presente.

Tal fato, manutenção das estruturas organizativas, contribui para que embora não exista a presença de um estatuto nas outras 3 entidades analisadas, elas mantenham um caráter de regulação formal que hierarquiza as relações entre o agricultor e a instituição ao qual ele pertence colaborando assim para a manutenção de uma formalização de relações.

Dentre todos os departamentos que constituem as entidades no interior do sistema, as investigações em campo mostraram que o Conselho de Ética, como o principal elo entre as instituições e as demais. Esta consideração do observador baseia-se no argumento de que em função do Conselho de Ética responsabilizar-se também pela certificação das propriedades e conseqüentemente dos produtos.

Deve-se esclarecer aqui, que o Conselho de Ética de uma instituição de agricultores não pode conferir à instituição ao qual está vinculado o laudo de certificação de produção ecológica, este é fornecido pelo conselho de ética de uma outra instituição do núcleo ou pelo conselho de ética da própria rede que é constituído pela reunião dos membros dos Conselhos de Ética das entidades.

Desta maneira, foi observado que o conselho de ética adquire um poder tanto coercitivo quanto punitivo, pois atua em casos onde pode penalizar aqueles membros das entidades que venham à conduzir-se por um caminho que não condiz aos ditames exigidos para a participação no sistema, como por exemplo uso de técnicas não condizentes à agricultura ecológica.

No que concerne a racionalidade das relações que se estabelece entre este órgão(o conselho de ética) e as entidades de agricultores e os próprios agricultores, constituem-se uma relação que assume contornos de uma relação de dominação.

Em ambos os casos, analisando a partir dos relatos dos agricultores e observações, esta dominação se estabelece com características que Weber (2006) denominava como

uma Dominação Legal, isto é, uma forma de dominação que se legitima em função da manutenção da estrutura em que os dominados, no caso os agricultores a compreendem como um fator importante para a preservação do funcionamento do sistema, uma vez que dentro do Estatuto da instituição e entre as que não possuem Estatuto foram definidas em comum acordo sendo assim respaldadas .

Uma outra característica ao qual o conselho de ética está relacionada é que encontra-se diretamente relacionada ao funcionamento do sistema é a importância que este órgão possui na manutenção do sistema de trabalho dos agricultores nas instituições, isto é, quando das visitas destes às propriedades, também são sugeridos possíveis soluções para problemas que possam estar acontecendo com os agricultores, e assim atuando também como um veículo de condução de idéias.

Conclusões

A organização das entidades de agricultores , constituindo-se a partir do modelo apresentado configura uma situação onde se percebe a manifestação das características mais fundamentais para a manutenção das entidades capitalistas, conforme afirma Weber (2006), pois para o autor juntamente com o domínio da técnica de produção as entidades necessitam de um sistema legal calculável e de uma administração baseada em regras formalizadas.

Percebeu-se que, no que diz respeito às estruturas organizacionais das entidades de agricultores o em que pese as relações entre os participantes das entidades possuírem estas características, elas não podem ser consideradas como o único pilar que dão sustentabilidade às instituições uma vez que relações de vizinhança também se estabelecem no interior das instituições, quando relaciona-se ao trabalho junto a entidades de agricultores dentro das entidades. Porém, entre entidades elas se transformam e passam a ser comandadas pela força do estatuto no caso onde ele já foi escrito.

Bibliografia :

BERTALANFFY, L. V. O significado da teoria geral dos sistemas. In: Teoria Geral dos Sistemas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973. p. 52-81.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: Ferreira, D. D.; BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 51-70.

MAXIMIANO, A. C. Introdução à administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MORIN, E. A organização (do objeto ao sistema). In: O método 1: a natureza da natureza. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 122-34.

HAESBAERT, R. Territórios Alternativos. São Paulo: Editora Contexto, 2002. 176 p.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito Capitalista. 20ª ed. São Paulo: LP & M, 2006. 96 p.